

A “Cancún Brasileira”, nova proposta do Governo Federal para atrair investidores é gentrificar e destruir ao contrário da tendência do mundo.

Estamos iniciando a Década dos Oceanos (2021-2030, ONU) e enquanto o mundo caminha para a sustentabilidade e valorização da preservação ambiental com seus ativos e suas culturas locais, e a economia do turismo em larga escala é repensada para se adequar à realidade socioeconômica das comunidades locais e ao respeito às populações tradicionais, ao mesmo tempo em que busca proteger as áreas naturais singulares e paradisíacas existentes no extenso litoral brasileiro; o atual governo federal brasileiro propõe industrializar o turismo no sistema de layout padrão com grandes hotéis de alto luxo voltado ao consumo exclusivo por parte de um público elitizado e de alta renda que, caso sejam implantados, provocarão vários impactos ambientais e sociais e forte pressão da especulação imobiliária e pela construção de grandes infraestruturas, como aeroportos privados, no entorno das áreas ambientalmente sensíveis onde se pretende implantá-los!

Ao invés de grilagem e privatização de terras públicas e de mais gentrificação que é uma expressão do Racismo Ambiental e da injustiça à brasileira, por meio da implantação de mega projetos imobiliários voltado a um grupo social de alto poder aquisitivo, teme-se que estes mega empreendimentos imobiliários venham a promover um novo ciclo histórico de desterritorialização e despossessão (expulsão) de comunidades tradicionais dos territórios que historicamente ocupam e de mais exclusão das populações costeiras que vivem e trabalham nos municípios litorâneos. Ao invés disso, o Brasil precisa é superar por meio da adoção de Políticas Públicas consistentes e em larga escala os atuais problemas e injustiças existentes na maioria das áreas costeiras do país, tais como: o déficit de saneamento básico e de moradia, gestão inadequada dos resíduos sólidos, erosão marinha e supressão de restinga e manguezais, salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade marinha, empobrecimento e desmantelamento cultural das comunidades pesqueiras e caiçaras, ausência e/ou fragilidade da fiscalização e do controle industrial que são absolutamente necessárias para evitar e prevenir novos vazamentos de óleo no mar.

Ao contrário disso e na contramão da História e da tendência mundial em que alguns países, governos e movimentos sociais vêm debatendo alternativas para uma “reconstrução verde da economia” como uma sinalização para a necessidade de uma transição no modelo de desenvolvimento econômico hegemônico num mundo pós-pandemia COVID-19 e num cenário de Emergência Climática global, o autoritário e anti-democrático governo brasileiro vem repetindo velhos padrões de uma lógica rentista-financeira especulativa, atrasada e altamente destruidora da natureza, além de socialmente injusta, ao propor medidas e projetos que, na prática, irão devastar e destruir ainda mais a nossa rica região costeira, essa que é cobijada mundo a fora por sua singularidade e por ainda ter condições de usos sustentáveis e em equilíbrio com sua biodiversidade.

Não bastasse o desastre ambiental provocado pelo grande volume de óleo que vazou por meses no Nordeste com a completa omissão, negligência e prevaricação de autoridades do governo federal como o Ministro destruidor do meio ambiente #Fora Ricardo Salles, vemos agora que como parte do padrão de “progresso destrutivo” e de maior concentração de renda para atender aos gananciosos interesses econômicos de grupos empresariais aliados ao poder, há ainda a absurda e ilegal tentativa de leiloar o bloco 16 do Pré-sal localizada numa área de riquíssima biodiversidade perto do Arquipélago de Abrolhos, com isso buscando “legalizar o ilegal” às pressas e sem qualquer prévio diálogo com a sociedade para tentar viabilizar a

exploração das petrolíferas em áreas próximas a Fernando de Noronha. Assim como estão em curso inúmeras tentativas de desmonte e esvaziamento das competências de fiscalização dos órgãos ambientais (IBAMA e ICMBIO) que vem sofrendo sucessivos cortes orçamentários e a intimidação de servidores públicos concursados, o que configura nítidas violações de direitos trabalhistas e direitos humanos por meio de práticas de assédio moral no trabalho e da imposição da “Lei da mordaza”.

Agora nos deparamos com essa notícia absurda de que **o governo federal quer criar “Cancúns brasileiras” em Angra dos Reis (RJ), Florianópolis (SC), Maragogi (AL) e Morro de São Paulo (BA)**, o que nos traz grande apreensão e repúdio diante da já conhecida vulnerabilidade ambiental destas regiões costeiras que, ao contrário de mais especulação imobiliária e de projetos de destruição da natureza, estas cidades litorâneas precisam é de investimentos para que possam avançar na coleta e tratamento de esgotos, reciclagem do lixo urbano, políticas habitacionais, no turismo de base comunitária, gerenciamento costeiro integrado, entre outras políticas públicas essenciais à efetiva garantia da qualidade de vida e geração de empregos dignos, para com isso superarmos em definitivo as profundas desigualdades regionais e socioespaciais e os bolsões de pobreza - infelizmente - ainda existentes em todo o território nacional.

As organizações abaixo assinadas e os lutadores/as de todo o Brasil pela preservação da nossa riquíssima zona costeira, solicitamos providências imediatas ao Congresso Nacional por meio de sua **FRENTE PARLAMENTAR DO MAR** para evitar que estes projetos especulativos devastadores se concretizem, assim como propomos a abertura de um diálogo cooperativo do parlamento com a sociedade civil, comunidades pesqueiras e a academia para que juntos possamos, além de repudiar essa proposta insana e destruidora da riqueza ecológica do nosso país, avancemos na formulação e implementação de propostas e soluções sustentáveis para que o Brasil tenha uma inserção sustentável e democrática na Década dos Oceanos através da construção de um outro modelo de desenvolvimento que valorize a vida marinha e os direitos territoriais e culturais dos povos, as Ciências do Mar e a Economia do Mar (Economia Azul, ONU).

Subscrevem:

REDEMAR BRASIL (BAHIA)

MOVIMENTO BAÍA VIVA (RJ) – www.baiaviva.com

COALIZÃO PACTO PELO MAR – MUNICÍPIOS COSTEIROS FLUMINENSES (RJ) *Rede formada por mais de 100 organizações atuantes no Estado do Rio de Janeiro nas 3 baías fluminenses (Guanabara, Sepetiba e da Ilha Grande) e nos municípios costeiros e não costeiros desta unidade da Federação.

